

ASSEMBLEIA DAS ASSISTENTES SOCIAIS

**DIA
24/02
19 HS**

SINDICATO DOS PETROLEIROS | AV. CONSELHEIRO NÉBIAS, 248

Parece que o verbo mais conjugado pela administração Papa é enrolar. Ao contrário de todos os outros municípios da região e à maioria das cidades do Estado, a Prefeitura de Santos ainda não cumpriu a Lei Federal 12.317, de setembro de 2010, que prevê redução de jornada semanal das assistentes sociais para 30 horas, sem redução de salário.

Em reunião com o secretário de Gestão, Edgard Mendes Baptista Jr., a conversa mole de sempre é

que o Governo está estudando o assunto. O que há de certeza é que Santos está descumprindo a lei.

O Sindicato, junto com o Grupo de Trabalho das AS já entregou ao secretário diversas minutas de projetos de lei sobre o assunto já aprovados pelos legislativos de vários municípios para que o Governo possa se basear. Nem assim houve avanços.

O descaso está deixando como única escolha o caminho da mobilização. Os detalhes serão discutidos na assembleia. Compareça!

JURÍDICO DÁ PLANTÕES AOS ASSOCIADOS

O Departamento Jurídico do Sindicato mantém plantões de atendimento para os associados de 3ª a 6ª feira, das 9 às 13h e das 14h às 17h. Nesse período o coordenador do departamento orienta os interessados

sobre os tipos de processos cabíveis e sobre a documentação necessária para ingressar com as ações.

Embora o Sindicato só represente os servidores em ações que digam respeito à sua vida funcional, o Depar-

tamento Jurídico também pode esclarecer dúvidas nas áreas cível, de família ou criminal.

Para conversar com os advogados dos escritórios contratados sobre processos em andamento é preciso

agendar horário, por meio do telefone 3228-7400.

Por determinação da OAB, os advogados não podem mais fornecer informações por telefone ou e-mail por conta do sigilo que a situação exige.

AÇÕES

URV (Unidade Real de Valor) - Com a implantação do Plano Real, foi criada a URV para controle da inflação. Nela, todos os preços e salários deveriam ser indexados, mas as regras que determinavam sua conversão foram desrespeitadas resultando numa perda de 43%. Obter essas perdas corrigidas é o objetivo desta ação.

PAV/PCCS - A Lei nº 162, de 1995, diz que todo o servidor público que aderisse ao PCCS teria acrescidas ao salário as diferenças pecuniárias aos respectivos níveis de vencimentos por meio de avaliação, visando a evolução na sua carreira. As avaliações aconteceram uma única vez e depois os prefeitos passaram a ignorar a lei. Esta ação busca cobrar o pagamento desta avaliação retroativo aos últimos 5 anos e o reequadramento salarial.

PERDA DA CHANCE - Ação que pede uma nova avaliação e uma indenização pelo descumprimento da legislação que criou o atual plano de carreira.

CAPEP 7% - Quando foi criado o Iprev, em 2007, os aposentados que contribuíam com 7% deveriam ter esses descontos cessados. Isso não aconteceu e a ação busca a devolução desses valores corrigidos, discutindo os últimos 5 anos, ou seja, essa ação perderá sua eficácia em 2011.

QUEM PODE ENTRAR

Todos os servidores que já atuavam na Prefeitura entre 1993 e 1994.

Todos os servidores que optaram pelo PCCS e obtiveram nota na avaliação.

Todos os servidores com mais de 3 anos de prefeitura.

Aposentados.

DOCUMENTOS

Holerites de novembro e dezembro de 1993, holerites de janeiro à abril de 1994, holerite atual, CPF E RG

Certidão do PAV atual, CPF, RG e último holerite.

Certidão do PAV atual, CPF, RG e último holerite.

Holerites anteriores a 2007, comprovante da condição de aposentado, CPF e RG.

LEMBRE-SE: o caminho da mobilização política é sempre o mais eficiente e rápido. A Justiça, infelizmente, é lenta. Dependendo do caso, uma solução judicial pode ser arrastar até 10 anos. A Justiça é um dos três poderes do Estado. Os três poderes trabalham quase sempre para favorecer seus próprios interesses, em detrimento dos trabalhadores. Por isso, não deixe de participar dos atos e mobilizações para a garantia de conquistas e direitos.

A CATEGORIA DECIDIU

NA ASSEMBLEIA DE 20 DE JANEIRO, A CATEGORIA APROVOU SUA PAUTA DE REIVINDICAÇÃO:



- **28% DE REAJUSTE SALARIAL (MESMO ÍNDICE QUE O PREFEITO DEU PARA SI MESMO) A TÍTULO DE REPOSIÇÃO DE PARTE DAS PERDAS SALARIAIS ACUMULADAS DESDE 1996.**

- **CESTA BÁSICA DE R\$ 243,21 (VALOR MÉDIO DE UMA CESTA BÁSICA PUBLICADO NO D.O.) PARA TODOS DA ATIVA E TAMBÉM APOSENTADOS.**

- **VALE-REFEIÇÃO DE R\$ 396,00 PARA TODOS DA ATIVA E APOSENTADOS.**

- **PAGAMENTO DO PAV JÁ.**

- **NOMEAÇÃO DOS CONCURSADOS E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHER OS CARGOS VAGOS.**

- **INCLUSÃO DOS 116 CELETISTAS ESTÁVEIS E SEUS DEPENDENTES NO ATENDIMENTO DA CAPEP.**

- **ELEIÇÕES DIRETAS PARA SUPERINTENDENTE E CONSELHO ADMINISTRATIVO DA CAPEP.**

ORÇAMENTO MILIONÁRIO POSSIBILITA REAJUSTE DECENTE

A PREVISÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS É QUE O ORÇAMENTO DE 2011 ALCANCE UMA ARRECADAÇÃO DE R\$ 1,5 BILHÃO. É MAIS UM RECORDE CONQUISTADO PRINCIPALMENTE ÀS CUSTAS DOS IMPOSTOS DOS CONTRIBUINTES SANTISTAS.

NADA MAIS JUSTO QUE A POPULAÇÃO RECEBA A RETRIBUIÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS BEM PRESTADOS. E PARA QUE OS SERVIÇOS SEJAM DE QUALIDADE É PRECISO TRATAR COM QUALIDADE E VALORIZAÇÃO O ELO MAIS IMPORTANTE ENTRE A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E OS MUNICÍPIES - OS SERVIDORES.

QUEREMOS SIM A PARTE QUE NOS É DEVIDA EM RECONHECI-

MENTO FINANCEIRO E CONDIÇÕES MELHORES DE TRABALHO. HOJE A PREFEITURA GASTA COM A FOLHA DE PAGAMENTO 46,3%. PODERIA GASTAR ATÉ 54%, QUE É O LIMITE MÁXIMO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL OU, AO MENOS 51%, CONSIDERADO O LIMITE PRUDENCIAL.

FAZENDO UMA CONTA SIMPLES DÁ PARA TER NOÇÃO DO TAMANHO DO NOSSO PREJUÍZO. SÓ EM 2010 CERCA DE R\$ 4 MIL DEIXARAM DE SER REPASSADOS PARA CADA SERVIDOR. AO MESMO TEMPO EM QUE VIRA AS COSTAS PARA OS TRABALHADORES, O PREFEITO PENALIZA OS CONTRIBUINTES AUMENTANDO EM MÉDIA 12% O IPTU E ISS.

O FANTASMA DA TERCEIRIZAÇÃO VOLTA A ATACAR

Mais uma vez o fantasma da terceirização volta a atacar. Recentemente o Papa informou pela imprensa a possibilidade de a Prefeitura comprar o Hospital dos Estivados e colocá-lo em funcionamento. Seria uma ótima notícia não fosse a informação de que a intenção do prefeito é entregar o hospital para ser administrado por entidades filantrópicas e prestadores privados. Mas não é só o Hospital dos Estivadores. Pelo decreto (nº 5.729) publicado pelo prefeito em 30/11/2010, não há limites para essas entidades, isto é, elas podem atuar em todo o sistema municipal.

Na verdade trata-se de terceirização de serviços públicos que

têm servido para enriquecimento de empresários, para alimentar a corrupção entre estes e os governos, para lesar o erário público e a população que necessita dos serviços de saúde.

A propaganda para iludir a população e facilitar a abertura das portas para essas entidades nos municípios alardeia que tudo será uma maravilha: terá tudo do bom e do melhor, não terá burocracia de licitação, não precisará fazer concurso para contratar pessoal, as decisões serão tomadas e encaminhadas com agilidade, etc.! Algum tempo depois desabam os enormes prejuízos provocados por esse tipo de privatização e se revela sua face perversa.



VAMOS A UMA PARTE DOS PROBLEMAS JÁ PROVOCADOS POR ESTAS EMPRESAS BRASIL AFORA:

Os governos afirmam que os recursos para a saúde são escassos. Como essas empresas de terceirização não trabalham por filantropia (não trabalham de graça) e cobram gordos salários e lucros, gastar os escassos recursos com lucros desses empresários significa menos dinheiro para gastar com a população.

Essas empresas não querem trabalhar com funcionários públicos. Isso redundará em grande rotatividade de funcionários dentro das unidades controladas pelas entidades e também em terceirização com baixos salários.

Com a contratação por essas organizações de grandes con-

tingentes de funcionários sem vínculo com as prefeituras, vai diminuindo o número de novos contribuintes com a previdência dos servidores. Começa assim a produção de um colapso que explodirá no futuro próximo, quando os aposentados ficarão sem aposentadoria por falta de recursos no sistema de previdência. Novamente os municípios pagarão a conta com impostos. A população que depende dos serviços de saúde e os servidores sofrerão os efeitos do rombo produzido pela sanha de governos e empresários de rapina.

Essas entidades não querem abocanhar somente os recursos públicos. Além dos lucros e de receberem das prefeituras unidades montadas e equipadas

com dinheiro público, passam a usar esses recursos para prestar atendimento a planos de saúde e a outras empresas. Com isso, aumentam seus ganhos e a população fica sem parte dos recursos e do atendimento. Aparecem duas filas: a fila dos que têm plano privado e são prontamente atendidas e a fila dos usuários do SUS, que ficam sem atendimento.

As ditas entidades, por não serem empresas públicas, não prestam contas à população, à Câmara dos Vereadores, ao Tribunal de Contas, enfim, não prestam contas a ninguém. É mais um ralo por onde escorre os impostos pagos pelo povo.

Em municípios onde essas

empresas faliram hospitais públicos e lesaram seus empregados, as prefeituras ainda tiveram que desembolsar "solidariamente" gigantescas somas para pagar causas trabalhistas deixadas pelas "generosas" entidades.

Pesa também contra esses empresários da saúde várias denúncias de desvio de dinheiro repassado pelas prefeituras e também de corrupção entre essas entidades e prefeitos. Em algumas cidades foram montados verdadeiros cabides de emprego articulados entre os gerentes das entidades, prefeitos e vereadores. Para ser contratado pela entidade profissionais de saúde tinham primeiro que se filiar a um partido, ou, ao comitê de campanha de um determinado político da cidade.

POR ESSE E VÁRIOS OUTROS MOTIVOS DIGA NÃO À TERCEIRIZAÇÃO DISFARÇADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS!

EDUCAÇÃO INFANTIL

ENCONTRA O CAMINHO DA LUTA

No ano de 2010, os professores de Educação Infantil se organizaram para reivindicar melhores condições de trabalho. Em assembleia que contou com a maioria das unidades foram levantados diversos problemas do dia a dia nas creches e escolas e eleito um Grupo de Trabalho dos Professores.

O Sindserv protocolou diversos ofícios na Seduc para um encontro em caráter emergencial. Como era de costume, a Secretaria nem sequer respondeu. Indignados com a falta de respeito, os Professores realizaram um ato na porta da Seduc exigindo a imediata reunião para solucionar os problemas. Por fim, foi agendada

uma reunião com a Secretária de Educação.

No encontro foram tratadas as seguintes questões: Portarias nº 35 e 36; diretrizes para o processo de atribuição de aulas; revisão da proporcionalidade professores/alunos; reformas e construções de novas unidades; compra de material didático e mobiliário; criação de cargos; promoção e fixação de sede; concurso público para professores e funcionários; situação dos professores volantes; garantias do cumprimento dos HTIs nas creches; garantias do intervalo de 15 minutos nas creches; garantia de um professor "volante" para cada duas salas de aulas; assinatura de ponto



para cada 5 salas; respeito à classificação geral; rejeição da nomenclatura "volante"; reunião entre Secretaria de Educação, secretaria de Gestão, Sindserv e Grupo de Trabalho para tratar do concurso, promoção, fixação

de sede; que a Escola Santista, hoje CAIS, seja utilizada como escola para atender a população do Centro; reforma e ocupação da Escola Docas e formação continuada dos profissionais da educação.

DEPOIS DA MOBILIZAÇÃO VIERAM AVANÇOS

Todo mundo sabe que as condições de trabalho dos professores são muito ruins. A situação do denominado professor volante é humilhante (ganha menos, não participa das reuniões pedagógicas, sofre assédio moral).

Também é público que as creches e escolas não possuem material didático suficiente e que os banheiros e os espaços são mal adaptados. Não há critérios para a promoção e para a fixação de sede. A proporcionalidade professor aluno é cruel e ao mesmo tempo a Prefeitura deixou caducar o Concurso Público sabendo da necessidade de mais professores.

Além disso, o salário base dos professores substitutos efetivos é R\$133,00, o que não atrai ninguém. Se não bastassem esses problemas, muitas vezes os educadores precisam suportar o assédio moral.

Tanta coisa perversa numa mesma categoria fez os professores acordarem e entenderem que só através da mobilização é que as condições de trabalho poderiam mudar. E foi isso o que começou a acontecer. Nas reuniões realizadas em novembro e dezembro de 2010 com a Seduc, o SINDSERV e o Grupo de Trabalho das professoras eleitas na assembleia da educação infantil (20/10), ficou acertado que:

1. NA ATRIBUIÇÃO DE AULAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SERIAM DISPONIBILIZADAS, DESDE O PROFESSOR CLASSIFICADO DE Nº 1, TODAS AS VAGAS EXISTENTES (SALAS VAGAS, SALAS PROVISÓRIAS, SALAS EM SUBSTITUIÇÃO, PROFESSORES 180H E 150H) FICANDO DE FORA PARA ESCOLHA A ASSINATURA DE PONTO (25H). ISSO DE FATO ACONTECEU.

2. SERÁ GARANTIDO A PRESENÇA DE UM PROFESSOR DE 180HE OU 150H ("VOLANTE") AUXILIANDO AS MESMAS DUAS SALAS DURANTE TODO O ANO

LETIVO PARA QUE ESTES PROFISSIONAIS/ALUNOS CRIEM VÍNCULOS;

3. GARANTIR A PROPORCIONALIDADE PROFESSOR/ALUNO.

4. EM RELAÇÃO AO INFANTIL IV, V, VI, SE HOVER (A PARTIR DA 1ª MATRICULA) ALUNOS MATRICULADOS NESSAS SÉRIES COM DIFERENÇA DE IDADE SIGNIFICATIVA, SERÁ COLOCADO UM PROFESSOR A MAIS EM SALA (SENDO QUE SÓ PODERÁ HAVER ATÉ 5 ALUNOS POR SALA NESSA CONDIÇÃO);

5. SERÁ AGENDADA PARA FEVEREIRO UMA REUNIÃO COM SECRETÁRIOS DE

GESTÃO E EDUCAÇÃO PARA TRATAR DE CONCURSO PÚBLICO, CRIAÇÃO DE CARGOS, PROMOÇÕES E FIXAÇÃO DE SEDE (SEM DATA DEFINIDA);

6. A CADA 5 SALAS DE AULA SERÁ GARANTIDO 1 PROFESSOR PARA ASSINATURA DE PONTO E SUBSTITUIÇÕES EVENTUAIS;

7. FICA GARANTIDA UMA MESA DE CONVERSÕES E ENTENDIMENTOS PERMANENTE COM A SEDUC, ONDE SERÃO LEVADOS EM CONTA AS SITUAÇÕES QUE SE DESENVOLVEM COM O PASSAR DO ANO LETIVO NAS UNIDADES.

E A EDUCAÇÃO BÁSICA I E II?

Em 2011 é preciso mudar também nesse setor. Sabemos que a educação pública é um sistema que engloba todos os níveis. Um está interligado ao outro. Chegou a hora da organização desse segmento da educação. O Sin-

dicato visitará as unidades discutindo e ajudando na organização dos chamados P1 e P2. Os Professores também podem convocar o Sindserv a qualquer momento para participar de reuniões em seus locais de trabalho.